

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.035 - SP (2019/0300949-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : CESAR MAXIMIANO DUARTE
ADVOGADO : CÉSAR MAXIMIANO DUARTE - SP364678
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WAGNER NORBERTO DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WAGNER NORBERTO DE SOUZA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n. 2219072-91.2019.8.26.0000.

Consta do autos que o Juízo da Execuções determinou a submissão do paciente à perícia médica, tendo em vista recomendação do Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 91 e 93/94).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, sob a alegação de que o paciente estaria sendo mantido em regime mais gravoso, com base na recomendação da Corte estadual.

O *writ*, todavia, foi indeferido liminarmente, em decisão monocrática do relator, sob os fundamentos de inadequação da via eleita e de interposição paralela de agravo em execução, pendente de análise (e-STJ fls. 201/208).

No presente *writ*, a defesa repisa as alegações originárias e requer, liminarmente e no mérito, a progressão do paciente ao regime semiaberto.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Como relatado, o Tribunal de origem não conheceu do *habeas corpus* lá impetrado, deixando de apreciar-lhe o mérito, sob os argumentos de inadequação da via eleita e de interposição paralela de agravo em execução, pendente de exame (e-STJ fls. 201/208).

Nessa alheta, fica impossibilitado o pronunciamento deste Sodalício,

Superior Tribunal de Justiça

sobrepunhando a competência da Corte estadual, sob pena de configuração do chamado *habeas corpus per saltum*, a ensejar supressão de instância e violação dos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

Diante desse cenário, ante a falta de manifestação do colegiado local, evidente a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento deste remédio constitucional, porquanto ausente ato a ser imputado à autoridade apontada como coatora, nos termos do art. 105, inciso I, alínea *c*, da Constituição Federal, bem como do art. 13, inciso I, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse mesmo caminhar:

HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. [...] SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

10. O direito de recorrer em liberdade não foi objeto de discussão pela Corte de origem, motivo pelo qual se evidencia a incompetência deste Superior Tribunal de Justiça para apreciar o aludido tema posto no writ e a consequente supressão de instância.

[...] (HC 278.542/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4/8/2015, DJe 18/8/2015.)

Tal o contexto, **não conheço do presente *habeas corpus*.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator